

4468 **Lucio Flavio Pinto**  
**A "corrida"**

Dois agentes de segurança mortos e quatro garimpeiros feridos: este o saldo do tiroteio ocorrido sexta-feira no garimpo do Cuca, em São Felix do Xingu. Segundo uma versão oficial sobre o choque, os garimpeiros foram mobilizados na manhã do dia 13 para impedir que máquinas a serviço da Mineração Oronorte continuassem a construção de uma nova barragem no Igarapé.

A Oronorte já havia construído duas represas ao longo do curso d'água, que os garimpeiros acabaram aceitando, convencidos pelo DNPM da legalidade da obra. Porém a empresa teria se aproveitado da momentânea ausência dos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral para iniciar uma terceira barragem.

Localizada próximo à gruta onde os garimpeiros estavam lavando cascalho em busca de ouro, ela impediria a continuação da lavra manual. Por isso, eles se juntaram (no Cuca haveria de dois a três mil deles) e foram embargar a obra.

Um tratorista — segundo a versão oficial — recusou-se a paralisar a máquina e, na discussão, puxou um revólver e atirou, desencadeando o tiroteio. Armados de revólveres e espingardas, numericamente mais fortes, os garimpeiros dominaram a situação, matando dois dos 10 agentes de segurança, enquanto saíam feridos quatro garimpeiros, dois dos quais já fora de perigo e outros dois ainda sob cuidados médicos, no hospital de Tucuman.

O destacamento do povoado, que serve de sede para o projeto de colonização da Construtora Andrade Gutierrez, foi para a área, reforçado por soldados da Polícia Militar enviados de Xinguaçu e Rio Maria. A situação está sob controle e a tensão diminuiu, com o auxílio do tempo (as fortes chuvas provocaram redução dos trabalhos).

Após esse primeiro choque violento, as duas partes iniciaram imediatamente pressões administrativas para tentar fazer prevalecer seus pontos de vista. Um representante dos garimpeiros seguiu para Brasília, a fim de pedir o apoio do ministro Jarbas Passarinho e do deputado Sebastião ("Curió") de Moura. A Oronorte formalizou denúncia ao DNPM, pedindo o cumprimento do Código com a retirada dos garimpeiros da sua área de concessão.

Este jogo de pressões vem sendo praticado desde novembro do ano passado, sem resultados concretos. É possível que as mortes agucem um pouco a sensibilidade da burocracia federal, mas as esperanças não são muito sólidas. Desde o impasse de Serra Pelada, o governo vem sustentando uma posição dúbia em relação à mineração do ouro na Amazônia, dando uma no cravo e outra na ferradura.

De uma postura flagrantemente favorável à lavra empresarial, o governo pas-

sou para um apoio aberto à garimpagem no momento em que a produção de Serra Pelada chegou ao pique (período coincidente com a campanha eleitoral). Depois, procurou um ponto de equilíbrio e conciliação entre a garimpagem e a lavra mecanizada. Mas os campos entre essas duas atividades nem sempre são perfeitamente identificáveis, como pode parecer numa visão de escritório.

O caso do Cuca é exemplar nesse sentido. A Mineração Oronorte é sucessora dos direitos de pesquisa mineral originalmente concedidos à Promix. Sem ter chegado a uma definição conclusiva, a Promix transferiu seu alvará à Oronorte, que conseguiu prorrogar o prazo de validade, em esgotamento, por mais três anos.

Mas, ao invés de desenvolver uma pesquisa convencional, a empresa partiu diretamente para uma lavra experimental, instalando uma planta piloto com capacidade para processar 20 mil metros cúbicos por mês.

A implantação dessas lavras experimentais, através de "plantas concentradoras de pequeno porte", tem dupla finalidade, segundo a política oficial: testar os resultados da pesquisa quanto aos teores e recuperação de minério e ajudar as despesas de custeio da pesquisa, graças à venda do ouro que for produzido.

Para os garimpeiros, no entanto, essa linguagem é ininteligível: na prática, a empresa não está pesquisando e sim lavrando. Não busca confirmação de dados e sim ouro para comercialização. E, no caso do Cuca, com a agravante de que o funcionamento pleno do sistema de mecanização exige o represamento do Igarapé, que impede o trabalho de garimpagem.

Assim, o que o governo conseguiu não foi uma posição mediadora e conciliadora: sua dubiedade favorece a confusão e estimula os choques diretos. Esse aproveitamento ocorre de ambos os lados do "front", tanto do lado dos garimpeiros (expostos a manipulações interesseiras), como dos empresários, reais e fictícios, que às vezes são levados à camuflagem como forma de conseguir a aplicação dos dispositivos legais. O campo fica aberto à pirataria, predadora no campo, muito conveniente para os intermediários e os usuários finais.

Distinguir a garimpagem da lavra mecanizada nem sempre é fácil. Saber o que é investimento sólido e o que é especulação também é muito difícil. Estabelecer uma posição proveitosa exige discernimento e sensatez, principalmente para dar apoio a um dos raros setores da economia pouco exigente em capital e altamente remunerativo. Essa combinação, aliás, tem muito a ver com o faroeste que fornece a marca registrada à corrida do ouro na Amazônia.